

Pernambuco teme estagflação

Da sucursal do
RECIFE

Recessão é uma palavra vista com muita cautela pelos empresários pernambucanos, mesmo reconhecendo que a situação econômica é seríssima e que há necessidade de o governo rever algumas medidas adotadas, pois "se esses mecanismos persistirem até o fim desse ano, poderão gerar recessão", afirma Antônio Carlos Brito Maciel, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco — Fiepe.

Antônio Carlos Brito Maciel, empresário do setor têxtil e proprietário de terras em Feira de Santana (BA), não se limita a criticar as medidas governamentais de combate à inflação. Ele vai mais longe. Analisando as origens e as repercussões das decisões, Maciel considera importante, como objetivo a curto prazo, o equilíbrio da balança comercial, visto que o do balanço de pagamentos, ante o crescente serviço da dívida, é praticamente impossível de ser alcançado a curto ou médio prazos.

O presidente da Fiepe entende que a produção industrial está caindo em função de três pontos: escassez de crédito, em razão da fixação do limite de expansão; o custo do dinheiro, agravado pelos aumentos das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e a queda da demanda, determinada pelo freio à procura de dinheiro, com a elevação das taxas de juros.

"Deste modo, o que se tem de impedir é que a inflação de custo — que se poderá agravar com a elevação das taxas de juros — chegue a um nível em que os preços não tenham mais condições de cair, levando o País a um processo de estagflação".

ASPECTOS ANALISADOS

Na atual situação econômica, o presidente da Fiepe ressalva que três aspectos devem ser analisados friamente: monetário, tributário, e salarial. E explica: um deles deve estar provocando a inflação. E, analisando cada um, Antônio Carlos Maciel entende que a política monetária deve ser acompanhada com cuidado, pois mesmo que ela tenha invertido a tendência — o País estava vivendo um consumismo acima da capacidade nacional — há possibilidade de se chegar a uma inflação de custo, em decorrência do alto custo do dinheiro.

Ao dissecar a política salarial, Antônio Carlos Maciel descarta a possibilidade de ela inflacionária, pois "se — não existe inflação de demanda, então não se pode argumentar que o reajuste seja inflacionário. O reajuste seria inflacionário a partir do momento em que os consumidores, dispendendo de dinheiro, pagassem preços maiores para ter os produtos".

Resta para o presidente da Fiepe a política tributária, "a grande responsável pela inflação brasileira e pela crise que atravessa a economia". E explica: "Primeiro, fica aparente que o IOF é, ao mesmo tempo, um instrumento de política fiscal e monetária, principalmente após sua ampliação para operações em Bolsas de Valores e para importação de bens e serviços, além das faixas habituais de operações de crédito e seguro. Sua dupla natureza como instrumento de política econômica amplia consideravelmente seu poder de repercussão ao nível macroeconômico. Segundo, os custos do IOF ao nível de operação das empresas e na faixa do crédito ao consumidor são consideravelmente elevados, e têm um efeito inflacionário longe do insignificante. No entanto, o mesmo não se pode dizer dos efeitos dos 15% nas compras externas de insumos sobre o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Terceiro, sua ação inibidora sobre a atividade da construção civil contradiz as

pretensões, inauguradas há menos de dois anos, de incentivar o mercado de habitação para a classe de média renda. Quarto, um fator extremamente prejudicial ao êxito das medidas da política econômica tem sido a descrença generalizada em vários setores da sociedade, com respeito à eficácia das decisões governamentais. Certamente, a intensificação do diálogo com os vários setores interessados poderá ajudar no alcance dos objetivos pretendidos.

"Finalmente, poderíamos questionar qual dos objetivos do novo IOF foi ou está sendo atingido. A resposta parece ser a de que é o reforço da receita tributária da União, a única meta alcançada." E Antônio Carlos Brito Maciel mostra que o governo, a título de equilibrar o orçamento, elevando a participação relativa do IOF sobre a receita total de 5% em 1979 para 14% em 1981. Isso em números absolutos representa que a receita advinda do IOF aumentou de Cr\$ 23,8 bilhões, em 1979, para Cr\$ 220 bilhões, em 1981.

RETRAÇÃO

João Carlos Paes Mendonça, presidente da Associação Brasileira de Supermercados — Abras, e diretor-presidente do grupo Bom Preço, de Pernambuco, não acredita que haja recessão no País, "há uma retração, uma acomodação, que se dará por determinado período e o que se espera é que a conjuntura de produção e consumo se aproxime da realidade, atingindo um ponto de equilíbrio".

Paes Mendonça, que confirmou uma queda de 12% nas vendas no começo deste ano, reconheceu que houve uma baixa na composição média da compra (mix-médio), com as pessoas de classe média deixando de comprar alguns produtos menos essenciais — perfumes, uísques estrangeiros, iogurtes — para adquirirem produtos de primeira necessidade.

Quanto aos hipermercados, houve realmente uma queda mais acentuada, visto que essas lojas são basicamente de departamentos, refletindo-se essa queda principalmente nos eletrodomésticos. Quanto aos alimentos, as classes mais pobres, com os reajustes semestrais acima dos níveis do INPC, passaram a engrossar o mercado de consumidores, só que adquirindo os produtos de primeira necessidade. Nesse âmbito, um fato chamou a atenção dos supermercadistas: quando o governo liberou o preço de vários produtos, o óleo de soja atingiu, depois de alguns meses, preços baixíssimos, em razão do poder de barganha por parte dos consumidores. Vende mais alimentos quem vende mais barato.

Discordando de Paes Mendonça e de Antônio Carlos Maciel, o empresário Carlos Oliveira Lima, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Pernambuco — Simmepe —, diz que há recessão no País, discordando da tese de que a recessão é setorial.

"O País já está em recessão, evidenciando-se mais em determinados setores. E quando se diz que a recessão é setorial é porque nesses setores ela é mais evidente", destaca Carlos Oliveira Lima, mostrando que essa evidência se nota nas indústrias de bens de capital, onde os efeitos da falta de crédito, escassez de recursos e queda de demanda são mais sentidos.

"A crise começa nos setores de bens de capital, refletindo-se logo a seguir nos setores de consumo. Enfim, a crise é geral. E o que mais acirrou isso foi a modificação salarial nos extratos de renda alta. Com os reajustes, em alguns casos, inexistentes, essas pessoas, consumidores em potencial, deixaram de comprar diversos bens, provocando retração na demanda e, consequentemente, diminuição da produção", destaca Carlos Oliveira Lima.